

O ATO DE ESCREVER E DE SE REESCREVER: ESCRITA FEMININA - MULHER ESCRITORA

Luane Tamires dos Santos Martins (Pós- Crítica/Uneb-Campus II)

Orientadora: Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira

Resumo: O seguinte trabalho visa apresentar o andamento do projeto de pesquisa previamente intitulado “O ATO DE ESCREVER E DE SE REESCREVER: EM FOCO RACHEL DE QUEIROZ E CONCEIÇÃO EVARISTO.” Desta forma, para este dado momento, nos deteremos na reflexão e discussão dos conceitos de escrita feminina, autobiografia, biografia e gênero que atravessam o projeto de pesquisa em questão. Para tanto nos valeremos da abordagem teórica de alguns autores, a saber, Zilda Freitas (2002), Nelly Richard (1999), Eneida Maria de Souza (2012), Kelen B. Paiva (2013), e Guacira L. Louro (1997), entre outros. Sendo assim, esperamos refletir sobre a escrita feminina considerando os impactos dos estudos de gênero, as estratégias de inversão, as marcas de um feminino construído, a repetição e o deslocamento presentes nas textualidades. Observaremos também, através dos estudos autobiográficos, os lapsos da memória, a ficcionalização de si, no processo de criar-se e recriar-se enquanto mulher escritora.

Palavras-chave: Escrita feminina. Ato de escrever. Autobiografia. Biografia.

O presente trabalho visa apresentar um recorte do projeto de pesquisa previamente intitulado “O ato de escrever e de se reescrever: em foco Raquel de Queiroz e Conceição Evaristo”. Para a discussão que se segue, nos deteremos na reflexão de conceitos que servirão como base para o desenvolvimento da pesquisa, a saber: escrita feminina, autobiografia, biografia e gênero. O intuito não é simplesmente apresentar as concepções dos termos, e, sim, refletir sobre as potencialidades dos mesmos no que cerne a temática da pesquisa.

Para iniciarmos nossas reflexões, faz-se interessante discutirmos sobre gênero, tomando por base a perspectiva dos estudos feministas. Sendo assim, compreende-se que gênero, não designa apenas as discussões relacionadas ao universo feminino, não é uma definição baseada no sexo, biologicamente falando, dos indivíduos. A categoria questiona, portanto, o universo “naturalizado” dos sexos, as imposições sociais que são costumeiramente tidas como natas ao indivíduo, seja este masculino ou feminino. Desta forma:

[...] não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas [...]. O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, ou, então como são ‘trazidas para a prática e tornadas parte do processo histórico. (LOURO, 1997, p. 22)

Dessa forma, uma vez que, em tempos mais remotos, diríamos que discutir sobre mulher seria, para muitos, algo socialmente descartável, até mesmo devido ao fato desta discussão partir diretamente de uma mulher. Esta conquista nos é permitida atualmente devido ao advento da

discussão sobre gênero na perspectiva dos estudos feministas em correlação com os estudos culturais.

Assim sendo, o lugar e o papel da mulher na sociedade foram categoricamente frisados como inferiores ao do homem. Os estudos teóricos sobre mulher ascenderam no espaço acadêmico a partir de 1968, como nos afirma Guacira Lopes Louro (1997). A mesma autora ressalta que:

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como conseqüência a sua ampla **invisibilidade** como sujeito da Ciência. (LOURO, 1997, p. 17, grifo meu).

Desta maneira, compreende-se que os primeiros estudos de e sobre mulheres baseavam-se na tentativa de dar visibilidade aquela outrora subjulgada, oprimida e invisibilizada socialmente. Consideravam-se também as lutas políticas das feministas pelos direitos antes negados a nós, como o direito ao voto, por exemplo.

Diante de tais discussões, podemos compreender que para mulher não foi “destinado” o espaço literário. A mulher não era vista como um ser que pensa, capaz de defender seus objetivos, capaz de fazer Ciência, de ser racional, como nos sugere a autora Julia Hissa (1999, p. 505, grifo meu):

Resignação, obediência e passividade, são qualidades apreendidas como próprias da natureza da mulher, por força da ideologia, que, valendo-se desses rótulos, passou a encará-la pelo lado da insensatez. **Confundida com a criança, em razão de uma suposta fragilidade, a mulher congelou a voz e os sentimentos ao longo dos anos**, atraindo para si o estigma da diferença.

[...] Pela lógica masculina, a mulher é apreendida como um “**ser – a menos**”, tão próxima que se encontra da **irracionalidade** e da infantilidade.

Não recebendo o reconhecimento como sujeito da Ciência, pessoa racional, conseqüentemente, a mulher também não poderia ser vista como sujeito leitor, crítico, reflexivo, ou até mesmo como sujeito capaz de escrever. Nessa perspectiva, tornava-se invisível também a escrita da mulher. Mas é pertinente destacar que apesar da escrita feminina ter sido invisibilizada e silenciada desde os séculos passados, isso não quer dizer que as mulheres não tenham escrito literatura ou que não escreveram ou escrevem. Para Cristina Ramalho (2011, p. 25):

Obras como de Escritoras brasileiras do século XIX, Tirando do fundo do baú: antologia de poetas brasileiras do século XIX e desafiando o cânone (1 e 2), entre outras, ostentam a importância do século XIX para o reconhecimento da inegável inserção da mulher no âmbito da historiografia literária brasileira. São tantos os registros de existência de escritoras e publicações de obras que não há espaço para se negar a incoerência entre o que se pensava (as mulheres pouco escreviam e o que escreviam era de pouca importância) e o que, de fato, se encontrou, depois de incansáveis e exaustivas pesquisas e buscas por publicações.

Hoje, obras de escritoras como Rachel de Queiroz e Clarice Lispector, por exemplo, estão sendo sugeridas até em alguns vestibulares de universidades do Estado brasileiro. No entanto, não podemos nos esquecer que ações específicas sobre determinadas escritoras não podem nos impedir de questionarmos o porquê de, muitas vezes, nas aulas de literatura, ouvirmos mais os nomes dos autores que das autoras, principalmente quando se trata dos considerados canônicos. E esta regra ainda se estende se adicionarmos a problemática a questão da raça. Podemos, desta forma, nos perguntar: quantas autoras negras nós conhecemos no período em que cursamos a Escola Básica? Acredito que poucos (ou nenhum) nomes iremos nos lembrar. Pois como afirma Catiz-Montoro (1999) temos que tomar cuidado com o uso de exemplos isolados para provar que todas as mulheres (neste caso, todas as escritoras) possuem oportunidades iguais em nossos sistemas social e econômico atuais.

A luta para adentrar o espaço literário e principalmente o cânone tem sido constante para nossas escritoras. Segundo Maria Inês de Moraes Marreco (2010) a década de 1850 é considerada como marco oficial da maturidade literária no que cerne às produções masculinas, abrindo espaço, porém, para algumas produções de autoras. Entretanto, “como as publicações estavam sob o controle de editores homens, as mulheres tinham que batalhar para serem aceitas enquanto escritoras, e também acatar os padrões estéticos estabelecidos.” (MARRECO, 2010, p. 236).

Além disso, essa postura também foi reforçada pelos primeiros estudos feministas no nosso país, entretanto, a mesma é rebatida atualmente por diversas teóricas feministas, como por exemplo, Zilda Freitas (2002). Para esta, o maior equívoco das feministas foi a desvalorização do universo feminino, aceitando a proposição de que para tornar o mundo mais igualitário precisariam apenas adotar alguns valores masculinos.

Entretanto, valendo-nos dos estudos feministas contemporâneos, podemos considerar que as autoras que ousaram tentar publicar no século XIX assumiram uma posição “aceitável” frente à sociedade e a “cultura” da época, pois sem o aval do homem lhes dizendo o modelo que deveriam escrever, elas provavelmente não seriam aceitas, uma vez que, socialmente e simbolicamente, nesse período, a mulher era “propriedade” do marido ou do pai, o representante do capital econômico. Com isso vale ressaltar que o reconhecimento dirigido à mulher, na sociedade do século XIX, estava atrelado a posição social de seu pai ou de seu esposo.

Nessa perspectiva, Freitas (2002) ressalta, por sua vez, que os primeiros traços da libertação feminina na escrita deu-se apenas no começo do século XX, com uma escrita pautada na fantasia insubmissa, procurando a descrição precisa do seu papel no mundo e sua reinvenção. Segundo a autora:

A literatura não é para as mulheres uma simples transgressão das leis que lhes proibiam o acesso à criação artística. Foi, muito mais do que isso, um território liberado, clandestino. Saída secreta da clausura da linguagem e de um pensamento masculino que as pensava e descrevia [...]. Apenas desabafo? Não, a literatura feminina é mais um registro de inconformismo da mulher àquelas leis. (FREITAS, 2002, p. 119).

Desta forma, a mulher passa a buscar a diferença como identidade. A desconstrução do supracitado modelo masculino, na prática de sua escrita, assume, de fato, a sua “inexperiência” e “imperfeição”, encontrando, conseqüentemente, o seu jeito singular de escrever. Ainda consoante a autora referida, pode-se afirmar que durante séculos a mulher é desconhecida para si e uma estrangeira na sociedade de valores masculinos. Freitas ressalta que a escrita feminina é justamente este livre expressar-se do universo feminino, lado a lado com o masculino, sem imitá-lo, mas também sem desconhecê-lo.

A própria concepção da terminologia “escrita feminina” tem ganhado outros contornos na nossa contemporaneidade. Alguns estudiosos da área estão se empenhando em algo que ousou aqui a denominar de ressignificação da escrita de autoria feminina. Busca-se hoje uma fuga da polaridade e naturalização dos sexos e diante disto, muitas estudiosas femininas contemporâneas estão sugerindo a substituição do termo “escrita feminina” por “escrita de autoria feminina”, com o intuito exatamente de evitar o essencialismo nos termos em questão.

Doravante, no que se refere à autobiografia e biografia, também não pretendemos traçar definições dos termos, e, sim, refletir sobre os mesmos. Entretanto, faz-se necessário evocar previamente Lúcia Castelo Branco (1991) quando a mesma relaciona mulher e memória, chegando a considerar que em diversos textos de autoria feminina aparece esse gênero textual memorialista, que aqui, sugerimos, está estritamente ligado à escrita autobiográfica. Não queremos afirmar, no entanto, que a escrita de autoras é memorialista (cairíamos, neste caso, na armadilha frisada acima), mas alguns textos de autoras trazem o gênero memorialista/autobiográfico com finalidades múltiplas, inclusive de (re)construção e (des)construção discursiva.

Sendo assim, para Eneida de Souza no artigo intitulado “Autoficção e sobrevivência” “o relato autobiográfico comporta, inevitavelmente, sua parte de ficção [...]. Os acontecimentos recebem caráter inventivo quando se submentem a rememoração, entendendo serem as lembranças relatos contados para si próprio, por meio da narrativa em primeira ou terceira pessoa[...]” Ou seja, a partir do momento que o exercício de lembrar é empregado, lacunas surgem, lapsos de esquecimentos intencionais ou não, e precisam ser preenchidos nesse percurso da redação textual autobiográfica. Pois, conforme Eneida Souza:

No exercício de reelaboração, reconhecem-se os ganhos e as perdas que passam a ser avaliados mediante as condições teóricas de sua produção. Exige-se, para tal, a articulação da memória e do esquecimento, da presença e da ausência de dados que configurem o material cinzento e contraditório do passado. (SOUZA, 2012, p. 28)

Dessa maneira, podemos inferir que a autobiografia é a escrita que paradoxalmente, relaciona vida e a ficção em um processo memorialístico de lapsos, ou seja, ausências, uma vez que, ao narrar-nos nos tornamos também personagens da nossa própria história, sujeito que os ‘eus’ que o habitam.” A mesma autora supracitada ressalta que o ato de biografar é revisitar arquivos, e, conseqüentemente, retomar memória.

Nessa perspectiva, para Kelen Benfanatti Paiva (2013, p. 211) “se todos somos personagens para nós mesmos ou para os outros, nenhum seria mais fascinante para o sujeito que os ‘eus’ que o habitam”.

Nessa perspectiva, para Kelen Benfanatti Paiva (2013, p. 211) “se todos somos personagens para nós mesmos ou para os outros, nenhum seria mais fascinante para o s A mesma autora supracitada ressalta que o ato de biografar é revisitar arquivos, e, conseqüentemente, retomar memória. Nessa linha, não necessariamente a memória de quem o faz, mas a memória do outro, daquele que está sendo biografado, especialmente em suas obras e na escrita de si. Sendo assim, podemos inferir que o ato de biografar também passa pelo campo minado da memória. Pois, que seria a memória senão um lugar de construção e desconstrução onde a linha entre o real e o ficcional torna-se, a cada instante, mais tênue? E é exatamente desse processo que surge aquilo que chamamos de Literatura.

CONSIDERAÇÕES EM ANDAMENTO

Com base no exposto, compreende-se que a discussão, reflexão e politização dos conceitos aqui abordados potencializam o trabalho de dissertação em curso, na medida em que nos embasa para abordar a construção do perfil de escritoras, considerando suas trajetórias literárias e de vida. Discutir sobre a própria desconstrução da expressão “escrita feminina” abre espaço para novas propostas de trabalhos e outros encaminhamentos para posteriormente, quem sabe, chegarmos a uma terminologia que de fato designe a escrita de autoria feminina. Nessa perspectiva, discutir sobre autobiografia e memória, por sua vez, também é pertinente por nos levar a perceber a relação desses traços com a escrita de autoras.

Destarte, vale salientar que o projeto previamente voltado para duas escritoras, neste caso, Rachel de Queiroz e Conceição Evaristo, passou por algumas reformulações, e tudo indica que iremos

trabalhar, considerando nosso tempo de leitura, somente com a autora modernista Rachel de Queiroz. Destarte, esperamos contribuir, através do viés da Crítica Cultural, com os estudos de autoria feminina no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Camila Castelo. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CATIZ-MONTORO, Carmem. Feminismo radical e o lugar da nova mestiça. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de; CAPELATO, Helena Rolim (Org.). *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1999.

FREITAS, Zilda de Oliveira. A literatura de autoria feminina. In: FERREIRA, Silvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (Org.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/ UFBA, 2002.

HISSA, Julia. Breve reflexão sobre a condição feminina ao longo dos anos. In: REIS, Livia de Freitas; VIANNA, Luciana Helena; PORTO, Maria Bernadette. *Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Rio de Janeiro, Niterói: EDUFF, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARRECO, Maria Inês de Moraes. Investigando a história das mulheres. In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; ALEXANDRE, Marcos Antônio. (Org.). *Falas do outro: literatura, gênero e etnicidade*. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA, 2010.

PAIVA, Kelen Benfenatti. A escrita íntima de arquivo: por uma construção estética de si. In: SOUZA, Eneida Maria de; LAGUARDIA, Adelaine; MARTINS, Anderson Bastos. (Org.). *Figurações do íntimo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RICHARD, Nelly. A escrita tem sexo? In: *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e políticas*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SOUZA, Eneida Maria de. Lapsos da memória. In: *Tempo de pós-crítica*. 2 ed. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012.